

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 430, DE 2016 (MENSAGEM Nº 452/2015)

Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Domínio Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia, assinado em Liubliana, em 20 de setembro de 2011.

Autora: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Deputado DANILO CABRAL

I – RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) em foco visa a aprovar o Acordo-Quadro de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia, assinado em Liubliana, em 20 de setembro de 2011.

A Mensagem Presidencial nº 452, de 2015, submeteu à consideração do Congresso Nacional o texto deste Acordo, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII da Constituição Federal. Segundo a Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, interino, e da Educação, o referido Acordo, assinado em Liubliana, Eslovênia, em 20 de setembro de 2011, pela Embaixadora do Brasil na Eslovênia, Débora Vainer Barenboim, e pelo Ministro da Educação e Esporte esloveno, Igor Luksic, é o primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional e estabelece como compromisso principal fomentar as relações entre os países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades.

Composto de 6 (seis) artigos, o Acordo-Quadro foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional em 06/07/2016, assumindo a forma deste PDC nº 430/2016.

O artigo 1º do Acordo-Quadro apresenta as diretrizes gerais da forma de implementação e incentivo à cooperação educacional entre as Partes; o artigo 2º fixa as áreas prioritárias da cooperação bilateral a ser firmada, a saber, estudos brasileiros na Eslovênia e estudos eslovenos no Brasil, incluindo o ensino dos idiomas português e esloveno; estudos de graduação e de pós-graduação, incluindo dupla titulação, cotutela de teses e os níveis de mestrado e doutorado – também na modalidade de sanduíche - e pós doutorado; tecnologia de informação e comunicação aplicadas à educação; educação e treinamento técnico profissional; gestão escolar, incluindo treinamento de professores e intercâmbio de informação sobre padrões educacionais, avaliação e indicadores; inclusão social na educação, particularmente mediante programas focados em criança oriundas de contextos socioeconômicos desfavorecidos, bem como alfabetização de jovens e adultos, educação continuada, educação rural e ambiental; e inovações e boas-práticas em educação; o artigo 3º determina a criação da Comissão Educacional Brasileiroslovena e estabelece sua forma de funcionamento. O artigo 4º trata dos direitos de propriedade decorrentes de atividades oriundas deste instrumento diplomático; o artigo 5º define que as despesas relativas às atividades decorrentes do Acordo serão cobertas nos termos mutuamente acordados pelas Partes; e o artigo 6º é a cláusula definidora da vigência do Acordo-Quadro.

Por força do art. 54 do Regimento Interno da Câmara, esta Proposição foi pela Mesa Diretora encaminhada às Comissões de Educação (CE) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise e Parecer. Ela tramita em regime de urgência e se sujeita à apreciação do Plenário.

Cabe-nos, por designação da Presidência da Comissão de Educação, a elaboração do Parecer acerca do mérito educacional da Proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Inciso IX do art. 4º da Carta Magna assim estabelece:

“Art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

(...)

IX- Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.”

Este Projeto de Decreto Legislativo que aprova o Acordo-Quadro de Cooperação Educacional entre o Brasil e a Eslovênia efetiva tal dispositivo constitucional e prevê um conjunto de ações a serem implementadas por ambos países, nos diferentes campos da Educação.

Segundo a Exposição de Motivos ministerial, *“O referido Acordo é o primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional e estabelece como compromisso principal fomentar as relações entre os países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades.”* Aduz também que *“A cooperação poderá incluir, de forma não exaustiva, o intercâmbio de professores, pesquisadores, leitores, estudantes e gestores educacionais, além de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministérios de Educação de ambas as Partes, incluindo programas de bolsas de estudos oferecidos de acordo com as legislações internas”*. Assim sendo, conclui que *“A assinatura do referido Acordo está em consonância com a promoção do desenvolvimento por meio do estímulo à educação de qualidade, à pesquisa científica e tecnológica e à promoção da língua portuguesa.”*

As Partes se comprometem a estimular e estreitar os laços entre suas respectivas instituições educacionais e profissionais, encorajando o estabelecimento de parcerias e de redes interinstitucionais na educação superior, centros de pesquisa e agências governamentais. Se propõem a desenvolver cooperação e intercâmbio entre professores, pesquisadores, leitores, estudantes e gestores educacionais dos dois países, mediante

missões acadêmicas, concessão de bolsas de estudo, simpósios, seminários, congressos ou outras formas. Promoverão a participação de cidadãos brasileiros no Programa de Jovens Pesquisadores, administrado pela Agência Eslovena de Pesquisa e nos programas do Centro Internacional para a Promoção de Empresas (ICPE), em Liubliana.

O intercâmbio de informações em áreas estratégicas da Educação é objetivo central do Acordo, notadamente nas áreas de sistemas, estatísticas e políticas educacionais, de currículo escolar, de tecnologias de ensino, de literatura científica, pedagógica e metodológica, bem como de experiências e de programas específicos como os de certificação e reconhecimento de diplomas e de títulos acadêmicos, com vistas a facilitar a comparação e a avaliação da equivalência entre certificados do ensino fundamental e médio, bem como entre graus, títulos e diplomas técnicos, científicos, universitários e tecnológicos. Também a produção de publicações educacionais e científicas conjuntas bem como o desenvolvimento de materiais didáticos fazem parte da pauta de ações do Acordo-Quadro.

Em vista das relevantes e meritórias iniciativas educacionais e culturais a serem desenvolvidas em comum e por entender que a aprovação deste Acordo-Quadro de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia trará amplos benefícios culturais aos dois países, manifestamo-nos **pela aprovação** do PDC nº 430/2016. E, por fim, solicitamos de nossos nobres Pares da Comissão de Educação o indispensável apoio ao nosso posicionamento.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado DANILO CABRAL
Relator

2016-17609